

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº DE 2026

(Do Sr. **Mauricio Marcon**)

Apresentação: 25/02/2026 15:04:10.703 - CCJC

REQ n.4/2026

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater os impactos das Propostas de Emenda à Constituição nº 221/2019, nº 8/2025 e nº 40/2025 sobre variados setores.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do RICD, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o debate acerca da redução da jornada de trabalho, conforme proposta nas PECs nº 40/2025 e nº 8/2025.

Para contribuir de forma decisiva nesse debate e buscar alternativas que possam aprimorar o impacto das exportações na economia.

Desta forma, é essencial convocar os principais representantes dos setores envolvidos na cadeia de exportações.

Por isso, requeiro a audiência pública os seguintes agentes do setor público e privado:

- Professor José Pastore, presidente do Conselho de emprego e relações do trabalho da FecomercioSP;



- Representante da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD);
- Representante da Associação Comercial da Bahia (ACB).

JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública para debater acerca da redução da jornada de trabalho, conforme proposta nas PECs nº 40/2025 e nº 8/2025, justifica-se pela relevância e complexidade do tema da redução da jornada de trabalho, especialmente diante de seus impactos diretos nas relações de trabalho, na produtividade, na competitividade das empresas e na sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

A participação de entidades representativas do setor privado e do empreendedorismo mostra-se essencial para assegurar um debate plural e técnico, permitindo a análise dos efeitos práticos das propostas constantes nas PECs nº 40/2025 e nº 8/2025 sobre diferentes segmentos da economia, em especial micro, pequenas e médias empresas, que possuem realidades operacionais e financeiras distintas.

O diálogo com tais entidades contribui para a construção de soluções equilibradas, capazes de conciliar a proteção dos direitos dos trabalhadores com a manutenção do ambiente de negócios, a geração de empregos formais e o estímulo à inovação e ao crescimento econômico, evitando impactos negativos não intencionais decorrentes da alteração da jornada laboral.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares apoio para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026

Deputado Federal **Maurício Marcon** (PL/RS)

